# PROJETO DE PESQUISA

# LEI ANTICORRUPÇÃO E PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

MPC · PR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO PARANÁ

*Em homenagem a Elizeu de Moraes Corrêa.*
*(1958 – 2017)*

# SUMÁRIO

1) SOBRE O PROJETO ..... 2
2) DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA ..... 2
1) ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO – Primeira etapa do projeto ..... 3
Sobre a identificação do gestor ..... 3
Sobre o conhecimento da lei anticorrupção ..... 3
Sobre códigos de ética e de conduta ..... 4
Sobre a interação público-privada ..... 6
Sobre fraudes e ilícitos no âmbito dos processos licitatórios ..... 7
Sobre canal de denúncia e ouvidoria ..... 8
Sobre a transparência – Lei nº 12.527/2011 ..... 10
Conclusão ..... 12
2) ANÁLISE DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO DOS 399 MUNICÍPIOS – Segunda etapa do projeto ..... 18
Dados gerais ..... 18
Panorama das mesorregiões ..... 18
Conclusão ..... 19
3) ASPECTOS POSITIVOS, VULNERABILIDADES E OPORTUNIDADES .. 19

# 1) SOBRE O PROJETO

O segundo semestre de 2019 foi marcado por um acontecimento muito importante: a publicação da primeira Lei Estadual (PR) sobre programas de integridade e *compliance* – Lei nº 19.857 de 29.05.2019.

Em que pese – a princípio – a referida lei trate exclusivamente da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, é possível visualizar na prática como o tema "boas práticas de governança" tem influenciado na gestão de entidades e órgãos públicos no Estado do Paraná, independente do Poder constituinte que integram.

O reflexo dessa inovação no ordenamento jurídico tornou-se visível durante o decorrer das análises desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência deste MPC, tendo em vista que a fiscalização feita sobre as licitações dos Municípios permitiu identificar uma nova tendência nos Editais: as cláusulas anticorrupção.

Inicialmente verificou-se que apenas alguns Municípios adotavam esse tipo de cláusula, cujo intuito é informar o licitante sobre as práticas de governança contra fraude e corrupção. Após alguns meses o panorama estava se modificando: vários Municípios passaram a incluir nos Editais de licitação as referidas cláusulas.

Considerando que as práticas contra fraude e corrupção caracterizam a base fundamental dos Programas de Integridade e *Compliance*, este MPC desenvolveu um Projeto de Pesquisa para obter maiores informações sobre o tema no âmbito da realidade municipal, utilizando dados do segundo semestre de 2019 e 2020, com objetivo de auferir o nível de maturidade que os Municípios possuem sobre os desdobramentos da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015.

# 2) DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

O Projeto de Pesquisa foi dividido em duas etapas.

A primeira consistiu em um estudo inicial com 50 Municípios, escolhidos dentre as 10 mesorregiões do Estado[1] e conforme o critério populacional[2], para que respondessem um questionário elaborado com perguntas sobre a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015.

A segunda compreendeu um levantamento de dados realizado com os 399 Municípios do Estado, em que foram analisados diversos editais de licitação para verificar a existência ou não de cláusulas anticorrupção.

---

[1] Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Sudoeste, Sudeste, Centro-Sul, Centro-Oriental, Centro-Ocidental, Oeste e Metropolitana.

[2] Pequeno porte – até 25 mil habitantes; Médio porte – de 25 mil até 100 mil habitantes; Grande porte – acima de 100 mil habitantes.

Ao concluir cada etapa, os dados obtidos foram relacionados entre si, gerando conclusões que destacam aspectos positivos e vulnerabilidades, bem como oportunidades que poderão ser exploradas futuramente por meio da atuação proativa deste Ministério Público de Contas.

# 1) ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO – Primeira etapa do projeto

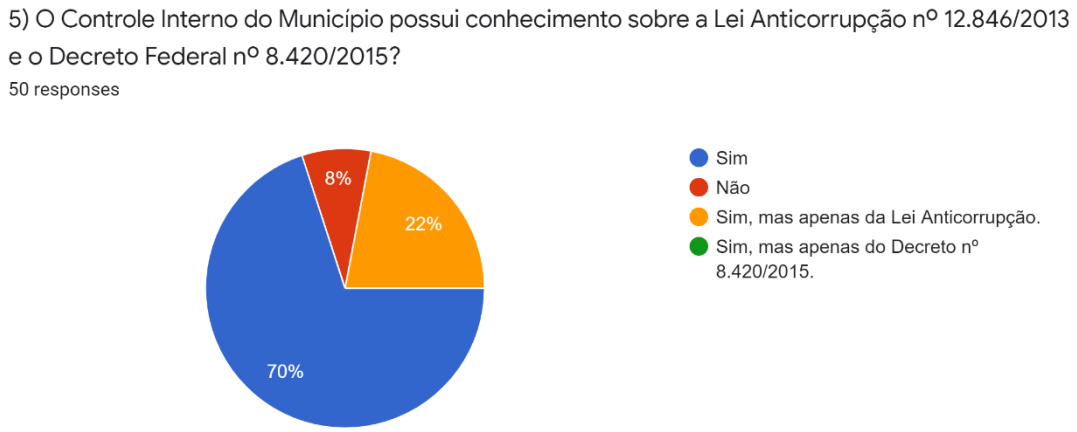
O questionário foi desenvolvido através da ferramenta "Google Forms", cujo *link* foi anexado ao Ofício Circular nº 1107/2019-MPC e, posteriormente, enviado a cada Município através do CACO – Canal de Comunicação deste Tribunal de Contas[3].

## SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR

Os questionários foram enviados contendo a instrução de que fossem respondidos exclusivamente pelo Controlador Interno do Município.

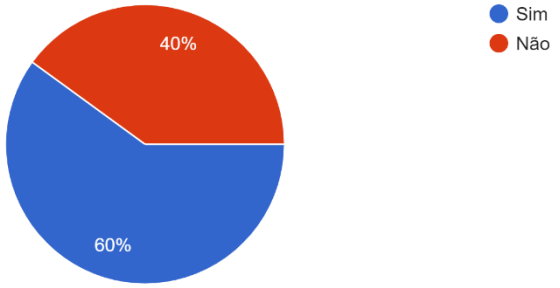
Com base na análise das respostas é possível concluir que na maioria dos casos a função de Controlador Interno é provida por servidor ocupante de cargo efetivo, ao passo que a formação educacional está diversificada em cursos técnicos e demais áreas de ensino superior: Direito, Administração e Ciências Contábeis, havendo ainda servidores que possuem especialização e/ou MBA em Gestão Pública, Gestão Financeira, Gestão Estratégia, Controladoria e Auditoria.

## SOBRE O CONHECIMENTO DA LEI ANTICORRUPÇÃO

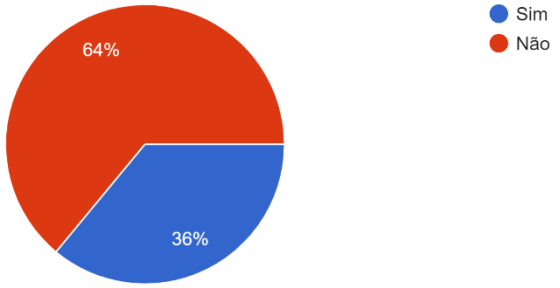



[3] Vide Anexo I.

6) O Controle Interno do Município possui conhecimento a respeito dos programas de integridade pública?
50 responses

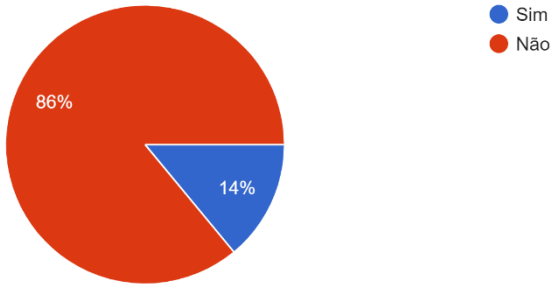



7) Considerando que os programas de integridade pública estão regulados pelo Decreto Federal nº 8.420/2015, o Município aplica alguma das diret...evistas no artigo 42 do respectivo ato normativo?
50 responses



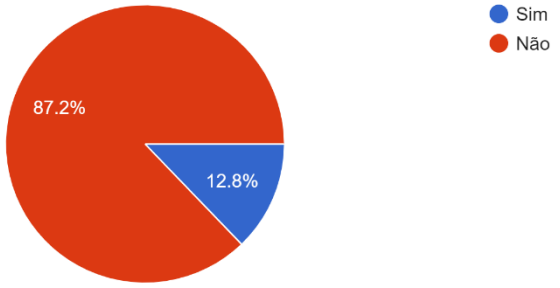

## SOBRE CÓDIGOS DE ÉTICA E DE CONDUTA

9) O Controle Interno do Município possui ou aplica algum código de ética ou de conduta próprio?
50 responses



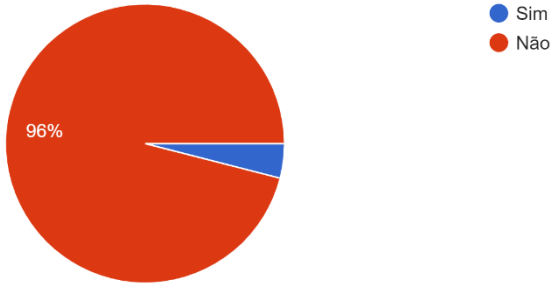
10) Caso afirmativo, o código está disponibilizado no portal de transparência do Município?

39 responses



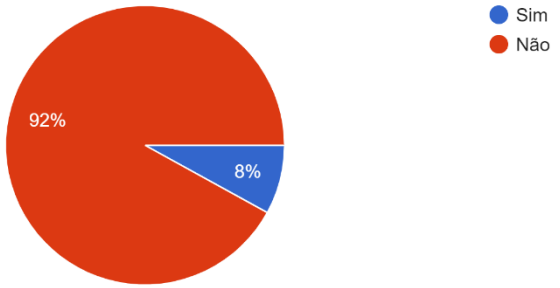

11) O Município possui Comissão de Ética instituída?

50 responses




12) Os novos servidores públicos e empregados do Município recebem capacitação/treinamento sobre ética e integridade no serviço público?

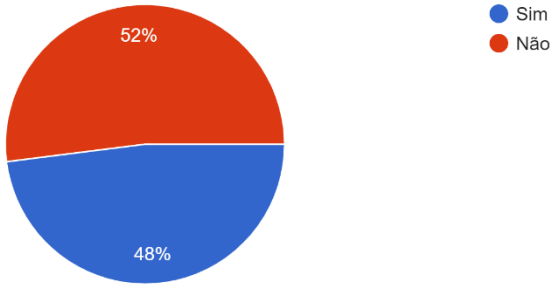
50 responses



## SOBRE A INTERAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

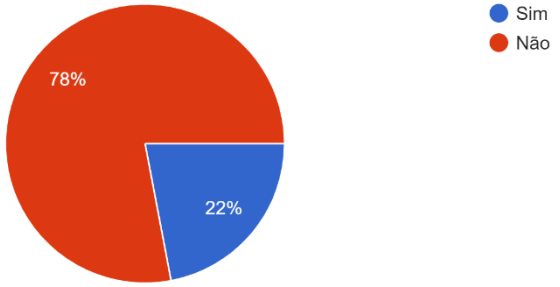
13) O Controle Interno possui conhecimento a respeito da Lei de Conflito de Interesses nº 12.813/2013?

50 responses



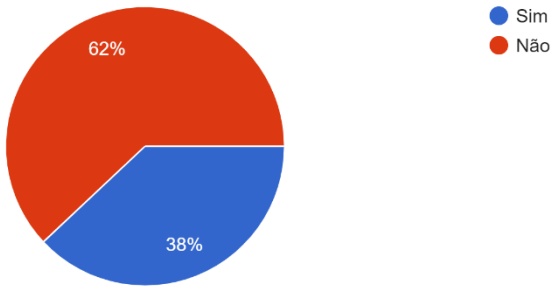

14) Os servidores públicos do Municípios são orientados a respeito da Lei nº 12.813/2013?

50 responses

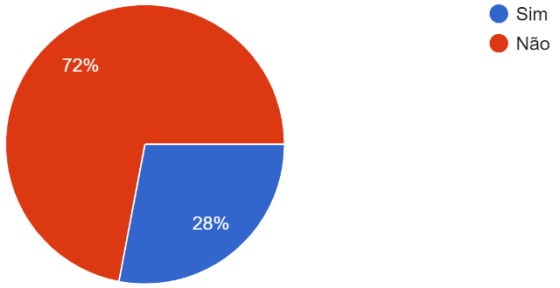



15) Os integrantes da comissão de licitação do Município prestam informações a respeito da declaração anual de bens?

50 responses

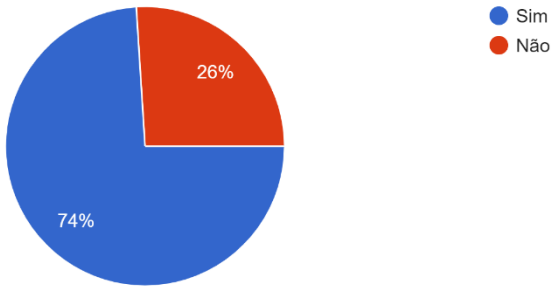


16) Existe algum tipo de orientação do Controle Interno sobre patrocínios ou doações feitas pelo setor privado em face do Município?
50 responses

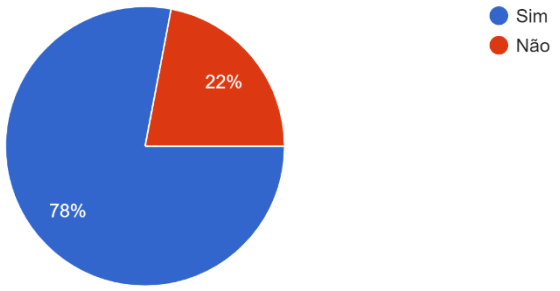



## SOBRE FRAUDES E ILÍCITOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

17) Nos editais de licitação promovidos pelo Município, existe algum tipo de cláusula sobre práticas anticorrupção, mencionando a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto Federal nº 8.420/2015?
50 responses



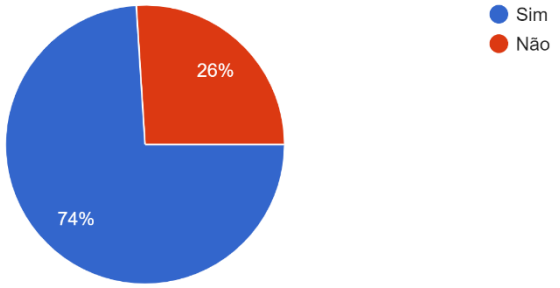

18) Antes de formalizar o contrato com o(s) vencedor(es) da licitação, é realizado pelo Município algum tipo de solicitação prévia sobre o quadro so...resa? (representantes, sócios e administradores).
50 responses



## SOBRE CANAL DE DENÚNCIA E OUVIDORIA

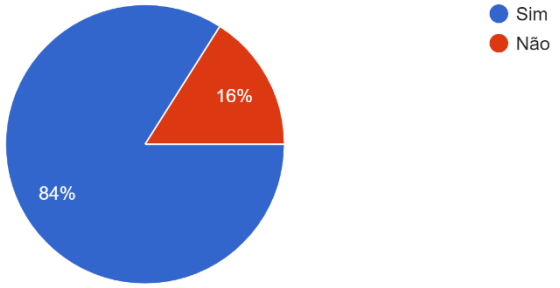
19) O Município possui Ouvidoria devidamente instituída e em funcionamento?

50 responses



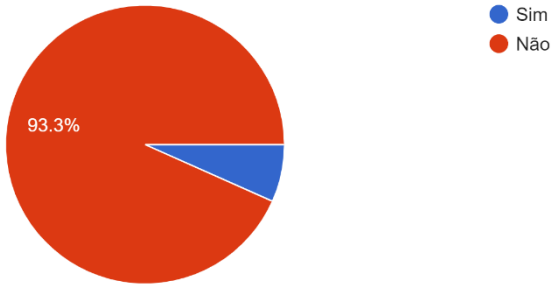

20) No Município existe canal de comunicação específico para o recebimento de denúncias ou reclamações?

50 responses



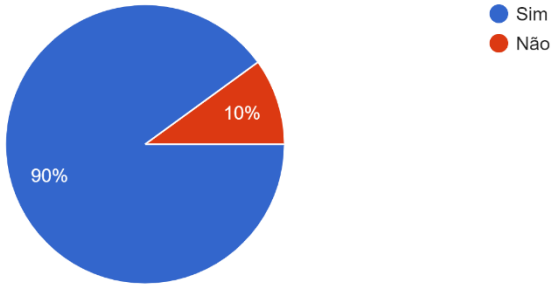

21) Caso afirmativo, o canal de denúncia é administrado por terceiro independente?

45 responses



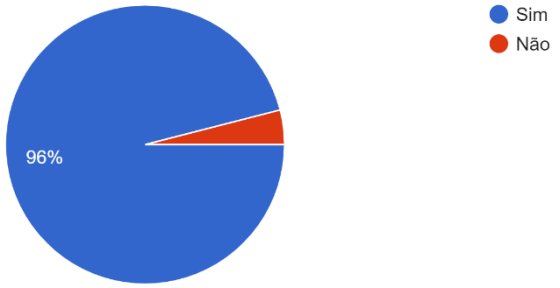
22) O Município apura todo e qualquer tipo de manifestação, seja por denúncia, elogio, sugestões ou reclamações?

50 responses



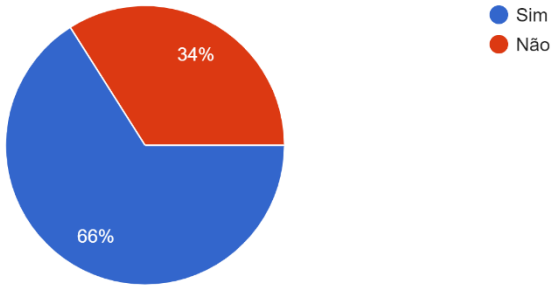

23) Os demandantes recebem respostas às suas manifestações?

50 responses

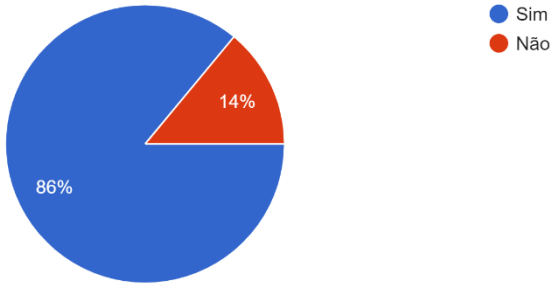



24) Na eventualidade de serem detectadas irregularidades, seja por meio da ouvidoria ou do canal de denúncias, o Controle Interno do Município co...ades ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná?

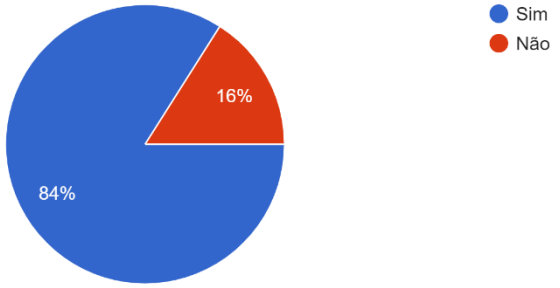
50 responses



25) O Município possibilita que sejam feitas denúncias anônimas?
50 responses

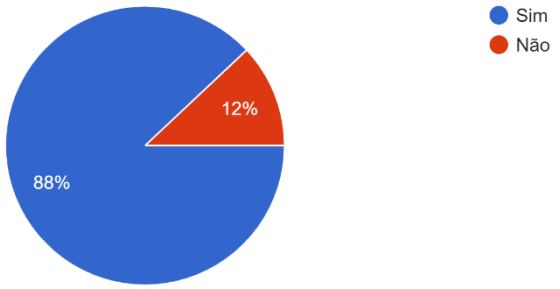



26) O Controle Interno do Município fornece alguma orientação aos servidores públicos sobre o que fazer quando tiverem conhecimento de conduta irregular, fraude ou corrupção?
50 responses



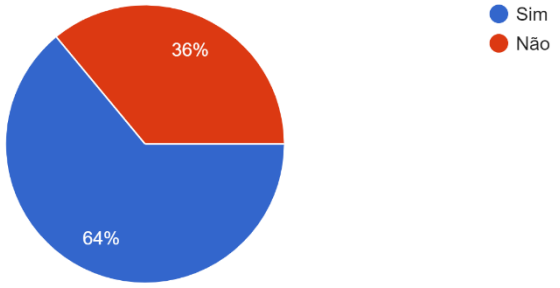

## SOBRE A TRANSPARÊNCIA – LEI Nº 12.527/2011

27) A Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 foi devidamente implementada no Município?
50 responses



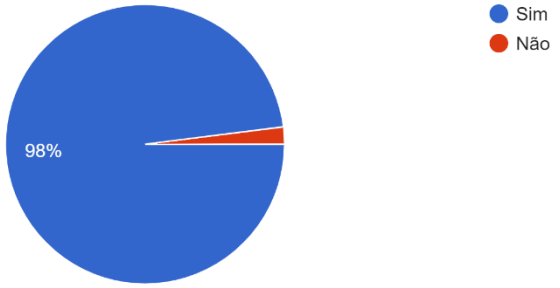
28) Existe no Município o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC?

50 responses



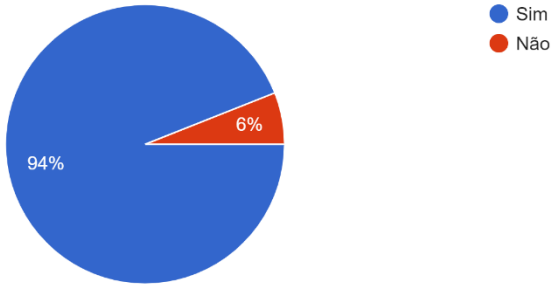

29) As informações fornecidas proativamente pelo Município estão disponíveis, sem que haja necessidade de registro ou identificação?

50 responses




30) As informações sobre procedimentos licitatórios estão disponibilizados na íntegra, contemplando todas as fases do processo?

50 responses



## CONCLUSÃO – PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO

As **respostas obtidas através do questionário** foram sintetizadas da seguinte maneira:

- 60% (30/50) dos Municípios possuem conhecimento sobre os programas de integridade pública.
- 74% (37/50) dos Municípios estão inserindo nos Editais de Licitação cláusulas específicas sobre práticas anticorrupção.
- 78% (39/50) dos Municípios durante o andamento das licitações promovem solicitações prévias de informações sobre quadro societário da empresa, procedimento identificado como "*due diligence*".
- 84% (42/50) dos Municípios possuem canal de comunicação específico para recebimento de denúncias de irregularidades e reclamações.
- 84% (42/50) dos Municípios orientam seus servidores públicos sobre qual procedimento/atitude adotar quando obtiverem conhecimento de conduta irregular, fraudulenta ou corrupta.

Sobre as **diretrizes dos Programas de Integridade** foi possível identificar que dentre os 50 Municípios selecionados, apenas 17 aplicam os parâmetros previstos no artigo 42 do Decreto nº 8.420/2015[4], sendo:

---

[4]I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
IV - treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
V - análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;
VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
IX - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;
XI - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
XII - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
XIII - diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
XIV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
XV - monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 ; e
XVI - transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos.

**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGO SOARES**: incisos I, II, III e VI.
Comprometimento da alta gestão; padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicados a todos e estendido a terceiros; registros contábeis;

**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**: incisos III, VI, VII, X, XI, XII e Parágrafo 1º - incisos VII e VIII.
Padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas a terceiros; registros contábeis; controles internos que assegurem a elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras; canais de denúncia de irregularidades; medidas disciplinares; procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades/infrações e a tempestiva remediação dos danos gerados; na avaliação dos parâmetros de integridade serão considerados a quantidade e a localização das pessoas jurídicas e a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte (relação público-privada).

**MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**: incisos I, VI e VIII.
Comprometimento da alta gestão, no caso o Prefeito e Secretários que são ordenadores da Despesa; Monitoramento da elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica; Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos, através de inspeções e auditorias internas; “A Controladoria está trabalhando constantemente no sentido de cumprir as normas do Controle Externo (TCE-PR) bem como, a legislação Federal.”

**MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**: incisos VIII e X.
Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios e execução de contratos; canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados (Ouvidoria).

**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**: incisos I, II, III, VI, VII, VIII, X, XI, XII e XIII.
Comprometimento da alta gestão; padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, administradores e terceiros (fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados); registros contábeis; procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios e na execução de contratos; canais de denúncia de irregularidades abertos e amplamente divulgados (Ouvidoria); medidas disciplinares; procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades/infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados; diligências apropriadas para contratação;

**MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**: incisos VI, VII, X e XII.
Registros contábeis; controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros; canais de denúncia de irregularidades abertos e amplamente divulgados (Ouvidoria); procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades/infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

**MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ**: Decreto Municipal de Regulamentação da Lei Anticorrupção – Decreto nº 12.601/2019

**MUNICÍPIO DA LAPA**: incisos VI e XI.
Verificação da regularidade dos dados contábeis; apuração de eventuais indícios de irregularidade através de processo administrativo.

**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**: "Dentre os exemplos que mais fortalecem a integridade cita-se: a) O Estatuto do Servidor que traz a conduta ética dos membros que integram o quadro dos servidores do município. b) Há um programa de integridade. Denominado formação cidadã, que de forma periódica busca atender todos os servidores. c) O município possui procedimento regulamentado para a apuração de não conformidade com relação aos fornecedores e / ou prestadores de serviço. D) Vários controles internos asseguram e permitem confiabilidade para as fases da despesa pública, o que garante integridade aos relatórios e demonstrações financeiras. e) A fiscalização dos produtos e serviços tomados pela administração, são normatizados por atos legais, e por meio de fiscais designados ou comissões de fiscalização asseguram o cumprimento dos contratos administrativos. f) A lei Municipal nº 4272/2016 garante independência e estrutura a controladoria Geral do Município para a execução de programa anual de fiscalização. g) O SIC, como canal de denúncias, está institucionalizado e normatizado, como mecanismo de apuração de não conformidade. h) O município possui um programa de monitoramento e acompanhamento das metas estabelecidas em instrumentos de planejamento, dentre outras."

**MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**: incisos II, III, VI, VII, X e XIII.
Padrões de conduta dos seus quadros e dos fornecedores; Registros contábeis fiéis e transparentes; Canais abertos para denúncias; Comissão disciplinar permanente; Comissão de processo administrativo face a fornecedores por suposta e/ou eventual desvio de finalidade na prestação de serviços ou na entrega de bens; Diligências em empresas para evitar fraudes; Fiscalização por

comissão permanente de recebimento de bens e por observatório social; Controle Interno por intermédio de atos normativos.

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**: inciso X.
Canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé.

**MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS**: incisos VIII e XII.
Procedimentos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito dos processos licitatórios; procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas.

**MUNICÍPIO DE RIO AZUL**: incisos II, III e VIII.
Aprimoramento do setor de Licitações, com acompanhamento do Controle Interno, buscando evitar fraudes e procedimentos ilícitos. Orientação e cobrança de postura ética e conduta a fornecedores e prestadores de serviço.

**MUNICÍPIO DE RONCADOR**: incisos VI, VIII, X, XII e XIII.
Registros contábeis; procedimentos específicos para evitar fraudes e ilícitos no âmbito dos processos licitatórios e execução dos contratos; canais de denúncia abertos e amplamente divulgados; procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados; diligências apropriadas para contratação;

**MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA**: incisos I, II, III, VI, VII, VIII, X, XII, XIII e XIV.
Comprometimento da alta gestão; padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, administradores e terceiros (fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados); registros contábeis; controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras; procedimentos específicos para evitar fraudes e ilícitos no âmbito dos processos licitatórios e execução dos contratos; canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados; diligências apropriadas para contratação; verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;

**MUNICÍPIO DE TOLEDO**: incisos VI, VII, VIII e X.
Registros contábeis; controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras; procedimentos

específicos para evitar fraudes e ilícitos no âmbito dos processos licitatórios e execução dos contratos; canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados;

**MUNICÍPIO DE UMUARAMA**: incisos VI, X e XI.
Registros contábeis; canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados; medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

Buscando maior conformidade nas informações obtidas através do Questionário, segue uma tabela comparativa dos 50 Municípios em que se relaciona a aplicação das diretrizes do artigo 42 do Decreto nº 8.420/2015 e se o Município inclui nos editais de licitação alguma cláusula ou disposição que mencione medidas anticorrupção.

| MESORREGIÃO | MUNICÍPIO | APLICA DIRETRIZES ART. 42 | POSSUI CLÁUSULA ESPECÍFICA ANTICORRUPÇÃO |
|---|---|---|---|
| NOROESTE | Amaporã | Não | Não |
| | Nova Aurora | Não | Sim |
| | PARANAVAÍ | SIM | SIM |
| | Pérola | Não | Sim |
| | Umuarama | Sim | Não |
| NORTE-CENTRAL | Apucarana | Não | Não |
| | IVAIPORÃ | SIM | SIM |
| | Londrina | Não | Não |
| | Maringá | Não | Sim |
| | Porecatu | Não | Não |
| NORTE-PIONEIRO | Barra do Jacaré | Não | Sim |
| | Cornélio Procópio | Não | Não |
| | Jacarézinho | Não | Sim |
| | Sapopema | Não | Sim |
| | Wenceslau-Braz | Não | Não |
| SUDOESTE | Capanema | Não | Sim |
| | Dois Vizinhos | Sim | Não |
| | FRANCISCO BELTRÃO | SIM | SIM |
| | PATO BRANCO | SIM | SIM |
| | SALTO DO LONTRA | SIM | SIM |
| SUDESTE | Guamiranga | Não | Sim |
| | Porto Vitória | Não | Não |
| | PRUDENTÓPOLIS | SIM | SIM |
| | Rio Azul | Sim | Não |
| | São Mateus do Sul | Não | Sim |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CENTRO-SUL | CORONEL DOMINGO SOARES | SIM | SIM |
| | Foz do Jordão | Não | Não |
| | GUARAPUAVA | SIM | SIM |
| | Palmas | Não | Sim |
| | Pitanga | Não | Não |
| CENTRO-ORIENTAL | Carambeí | Não | Sim |
| | Castro | Não | Sim |
| | Ortigueira | Não | Não |
| | Palmeira | Sim | Não |
| | Tibagi | Não | Não |
| CENTRO-OCIDENTAL | Campo Mourão | Não | Sim |
| | Goioerê | Não | Sim |
| | Quinta do Sol | Não | Sim |
| | Rancho Alegre D'Oeste | Não | Sim |
| | Roncador | Não | Não |
| OESTE | Cascavel | Não | Não |
| | Entre Rios do Oeste | Não | Não |
| | Foz do Iguaçu | Sim | Não |
| | GUAÍRA | SIM | SIM |
| | TOLEDO | SIM | SIM |
| METROPOLITANA | Bocaiúva do Sul | Não | Não |
| | Doutor Ulysses | Não | Sim |
| | Fazenda Rio Grande | Não | Não |
| | LAPA | SIM | SIM |
| | Tijucas do Sul | Não | Não |
| **Resultado:** 11 Municípios aplicam as diretrizes dos programas de integridade *e* incluem cláusulas anticorrupção nos Editais de licitação. | | | |

Diante do exposto é possível concluir que até o momento não existe um padrão de aplicação simultânea das diretrizes e cláusulas anticorrupção, pois em alguns casos o Município aplica as diretrizes mas não insere nos editais de licitação as referidas cláusulas, ao passo que outros não aplicam as diretrizes mas utilizam as cláusulas anticorrupção.

Por fim, merece importante destaque a disponibilidade oferecida pelos Municípios em responder voluntariamente o questionário e colaborar com o desenvolvimento da pesquisa. Em algumas ocasiões foi realizado contato telefônico com os Controladores Internos, os quais foram solícitos em informar que “o Município está adotando as medidas necessárias para aprimorar a gestão respeito da Lei Anticorrupção, mesmo que o questionário trate apenas de um levantamento de dados”.

## 2) ANÁLISE DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO DOS 399 MUNICÍPIOS – Segunda etapa do projeto

Diferentemente da primeira etapa do projeto, a segunda análise realizada procurou envolver *todos* os Municípios do Estado do Paraná, a fim de subsidiar um levantamento de dados mais preciso, isto é, identificar na prática quais Municípios estão aplicando medidas anticorrupção.

A referida análise consistiu em verificar os Editais de licitação mais recentes publicados por cada Município, através do portal de transparência, dando preferência aos certames nas modalidades pregão (presencial ou eletrônico) e tomada de preços, independente do objeto. A análise tem como objetivo identificar exclusivamente a existência ou não de cláusulas anticorrupção, ou cláusulas que mencionam as hipóteses de fraude fiscal e fraude na execução do contrato.

### DADOS GERAIS

Dos 399 Municípios analisados foi verificado que:

- **225** Municípios incluem nos editais de licitação cláusulas sobre práticas anticorrupção e antifraude, mesmo que denominadas e apresentadas de diferentes formas, como por exemplo:
"Cláusula nº xx – Da fraude e da corrupção";
"Cláusula Anticorrupção e Antifraude";
"Cláusula nº xx – Práticas fraudulentas e de corrupção";
"Cláusula nº xx – Do padrão ético no processo licitatório";
"Cláusula nº xx – Do combate à fraude e corrupção";
"Declaração Antifraude e Anticorrupção";
"Termo de compromisso de combate à corrupção e ao conluio entre licitantes".

- **121** Municípios mencionam brevemente as sanções e penalidades que serão impostas caso haja o cometimento de fraude no processo licitatório, fraude fiscal e fraude na execução do contrato.

- Apenas **53** Municípios não possuem nenhum tipo de previsão em Edital sobre cláusulas anticorrupção ou hipóteses de fraude.

### PANORAMA DAS MESORREGIÕES

Considerando as informações coletadas a partir da pesquisa dos 399 Municípios do Estado do Paraná, verificou-se o seguinte panorama das mesorregiões sobre a utilização de cláusulas anticorrupção nas licitações:

1. Noroeste: 61 municípios - 50% adotam cláusula
2. Norte-Central: 79 municípios – 60% adotam cláusula

3. Norte Pioneiro: 46 municípios – 60% adotam cláusula
4. Sudoeste: 37 municípios – 54% adotam cláusula
5. Sudeste: 21 municípios: 57% adotam cláusula
6. Centro-Sul: 29 municípios – 65% adotam cláusula
7. Centro-Oriental: 14 municípios – 50% adotam cláusula
8. Centro-Ocidental: 25 municípios – 68% adotam cláusula
9. Oeste: 50 municípios – 68% adotam cláusula
10. Metropolitana: 37 municípios – 35% adotam cláusula

### CONCLUSÃO

O objetivo desta segunda etapa do projeto foi analisar de maneira abrangente qual o nível de maturidade que os Municípios possuem a respeito dos Programas de Integridade.

Os dados coletados permitiram concluir que grande parte dos Municípios estão utilizando cláusulas anticorrupção nas licitações (255/399), mesmo que atualmente não exista legislação específica que regulamente a obrigatoriedade dos programas de integridade. Nesse sentido, as mesorregiões que merecem destaque são a CENTRO-OCIDENTAL e OESTE, pois 68% dos Municípios ali localizados adotam – ainda que formalmente – medidas anticorrupção.

## 3) ASPECTOS POSITIVOS, VULNERABILIDADES E OPORTUNIDADES

Com base nas informações e dados coletados, conclui-se o Projeto de Pesquisa determinando três pontos importantes: os aspectos positivos, as vulnerabilidades encontradas e as oportunidades que podem ser exploradas futuramente através da atuação deste Ministério Público de Contas.

Caracteriza um **aspecto positivo** o movimento conjunto dos Municípios em inovar nos processos licitatórios, fazendo constar nos editais de licitação cláusulas sobre práticas anticorrupção e antifraude. A iniciativa foi própria dos gestores municipais, que atentos à legislação em vigor começaram a colocar em prática os parâmetros de integridade trazidos pela Lei e demais diretrizes do Banco Mundial[5].

Importante lembrar que atualmente não existe uma regulamentação ou recomendação específica que obrigue o Município a criar e aplicar programas de integridade e *compliance*, fato que – por outro lado – indica um cenário positivo no Estado do Paraná uma vez que os gestores estão dispostos a considerar novas medidas no combate à fraude e corrupção.

[5] https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/guidelines-preventing-combating-fraud-corruption-program-for-results-financing

Nada obstante, durante a pesquisa ficaram evidentes algumas **vulnerabilidades** quanto ao nível de maturidade dos Municípios sobre programas de integridade e *compliance*. O principal aspecto nesse sentido é a falta de padronização entre os entes, ao passo que diversos Municípios sequer possuem conhecimento da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015, enquanto que demais Municípios podem ser classificados entre os que aplicam as cláusulas anticorrupção ou que mencionam brevemente as hipóteses de fraude.

De maneira figurada, é como se os 399 Municípios desempenhassem uma “rede de prevenção à corrupção”, porém, quando não há a padronização de ações é aí que aparecem as vulnerabilidades. Outro ponto é o caso de alguns Municípios que inserem as cláusulas anticorrupção nos Editais mas somente em determinada modalidade de licitação, deixando as outras modalidades “desprovidas”, enquanto que o correto seria aplicá-la em todos os processos licitatórios, sem distinção.

No entanto, diante dessas constatações é possível extrair um rol de **oportunidades que podem ser exploradas**, como por exemplo a utilização de meios legais para orientar e recomendar aos Municípios as melhorias necessárias para efetiva aplicação dos parâmetros de integridade, através de Ofícios circulares e Recomendações Administrativas. Outra questão importante é o uso sábio dos meios de comunicação oficiais ou de mídias sociais, a fim de fomentar a consciência de boas práticas de gestão pública e cultura de controles internos, além de ajudar a aperfeiçoar a estrutura de governança pública (gestão de riscos).

Curitiba, 28 de fevereiro de 2020.

**Flávio de Azambuja Berti**
**Procurador-Geral do MPC/PR**

Mykaella Ribeiro Mello
Assessora Jurídica do MPC/PR
mykaella.mello@tce.pr.gov.br
(41) 3054-7221

Amanda Bueno dos Santos
Estagiária do MPC/PR

# ANEXO I
# PROJETO PILOTO

# PROJETO PILOTO

## LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS DE INTEGRIDADE NOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ

**Objetivo**

Promover um levantamento de dados sobre aplicação dos parâmetros de integridade nos 50 Municípios do Estado do Paraná, selecionados dentre as 10 mesorregiões. O escopo da pesquisa refere-se ao nível de maturidade (conhecimento) que os Municípios possuem a respeito da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015, servindo como fonte de estudo para eventuais e futuras medidas a serem adotadas pelo Ministério Público de Contas.

**Desenvolvimento e metodologia**

A pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo ocorrerá por meio do envio de questionários para cada Município, cujas perguntas tratarão sobre a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015. Considera-se como instrumento mais seguro e eficaz para transmitir o questionário o Canal de Comunicação - CACO deste Tribunal de Contas, tendo em vista que o questionário deverá ser respondido pelo Controlador Interno do Município.

**Escopo de análise**

50 Municípios escolhidos entre as 10 mesorregiões do Estado do Paraná, tendo como critério de escolha os três tipos de porte populacional (pequeno, médio e grande) e consulta à regularidade das contas através do PIT – Portal de Informação para Todos do Tribunal de Contas, conforme a seguinte lista:

1. NOROESTE:
   Paranavaí - 88.374 habitantes
   Umuarama - 111.557 habitantes
   Amaporã - 6.257 habitantes
   Nova Aurora - 10.472 habitantes
   Pérola - 11.244 habitantes

2. NORTE CENTRAL:
   Apucarana - 134.996 habitantes

Londrina – 569.733 habitantes
Porecatu - 12.914 habitantes
Ivaiporã - 31.984 habitantes
Maringá - 423.666 habitantes

3. NORTE PIONEIRO:
Cornélio Procópio - 47.845 habitantes
Wenceslau Braz - 19.414 habitantes
Sapopema - 6.736 habitantes
Barra do Jacaré - 2.781 habitantes
Jacarézinho - 39.435 habitantes

4. SUDOESTE:
Capanema - 19.124 habitantes
Dois Vizinhos - 40.641 habitantes
Francisco Beltrão - 91.093 habitantes
Pato Branco - 82.881 habitantes
Salto do Lontra - 14.785 habitantes

5. SUDESTE:
Prudentópolis - 52.241 habitantes
São Mateus do Sul - 46.261 habitantes
Rio Azul - 15.236 habitantes
Porto Vitória - 4065 habitantes
Guamiranga - 8739 habitantes

6. CENTRO-SUL:
Guarapuava - 181.504 habitantes
Pitanga - 30.310 habitantes
Foz do Jordão - 4650 habitantes
Coronel Domingos Soares - 7497 habitantes
Palmas - 50.986 habitantes

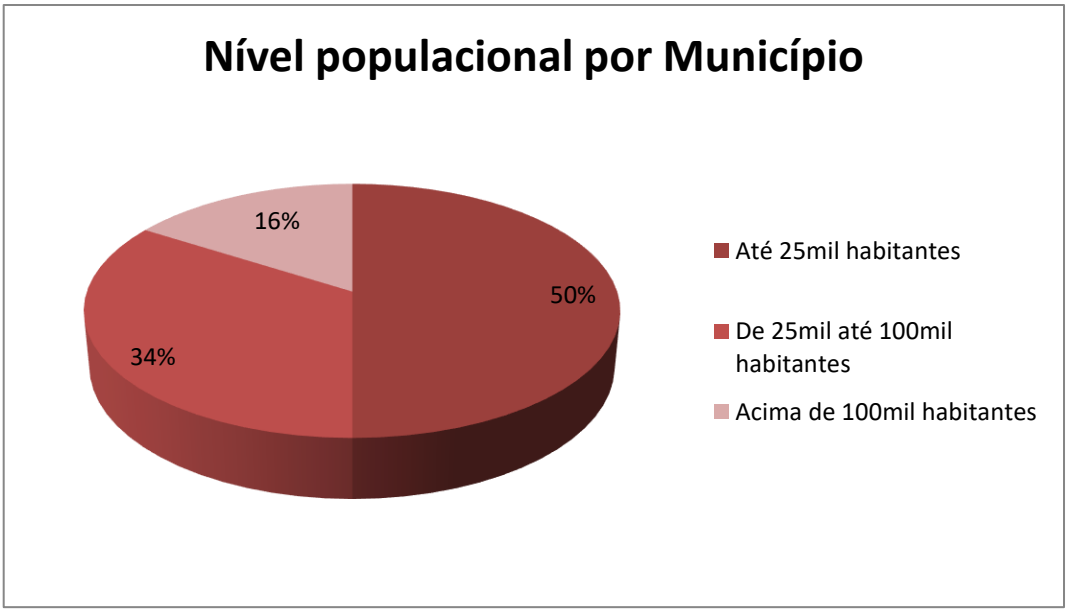
7. CENTRO-ORIENTAL:
Tibagi - 20.522 habitantes
Castro - 71.484 habitantes
Ortigueira - 22.141 habitantes
Palmeira - 33.877 habitantes
Carambeí - 23.415 habitantes

8. CENTRO-OCIDENTAL:
Goioerê - 28.884 habitantes

Campo Mourão - 94.859 habitantes
Rancho Alegre D'Oeste - 2655 habitantes
Roncador - 9849 habitantes
Quinta do Sol - 4573 habitantes

9. OESTE:
Foz do Iguaçu - 258.532 habitantes
Entre Rios do Oeste - 4539 habitantes
Toledo - 140.635 habitantes
Cascavel – 328.454 habitantes
Guaíra - 33.119 habitantes

10. METROPOLITANA:
Lapa - 48.163 habitantes
Doutor Uysses - 5580 habitantes
Fazenda Rio Grande do Sul - 100.209 habitantes
Tijucas do Sul - 14.526 habitantes
Bocaiúva do Sul - 12.755 habitantes



## Cronograma

FASE 1 – Desenvolvimento do projeto e envio dos questionários aos Municípios selecionados até 18/12/2019.
FASE 2 – Tabelamento e organização das respostas até 31/01/2020.
FASE 3 – Conclusão da pesquisa: análise dos dados qualitativos e quantitativos até 28/02/2020.

Desenvolvimento do projeto:
Mykaella Ribeiro Mello
Assessora Jurídica do MPC
mykaella.mello@tce.pr.gov.br
(41) 3054-7221

**Ofício nº 1107/2019**

**PROJETO DE PESQUISA MPC/PR**

**Prezado gestor,**

A Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015 definem que programa de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, bem como políticas e diretrizes que possuem como objetivo detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Em que pese o Estado do Paraná não possua legislação específica que regulamente os programas de integridade, foi possível verificar através dos trabalhos de fiscalização realizados pelo Núcleo de Inteligência do Ministério Público de Contas/PR que diversos Municípios estão colocando voluntariamente nos editais de licitação cláusulas sobre práticas anticorrupção e fraudes.

Logo, aproveitando o ensejo das iniciativas municipais, este órgão ministerial está promovendo um levantamento de dados sobre o nível de maturidade que os Municípios do Estado do Paraná possuem a respeito dos parâmetros de integridade previstos no artigo 42 do Decreto nº 8.420/2015, o qual ocorrerá através do envio de um questionário, a ser respondido pelo Controlador Interno, cujo acesso único e exclusivo se dá pelo link: https://forms.gle/seoVAK9tZYGauW5x9 .

Fixa-se um prazo para que as devidas respostas sejam encaminhadas até a data de 10/02/2020.

**Curitiba, 16 de dezembro de 2019.**

**FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI**
**Procurador-Geral do Ministério Público de Contas**

Ao Sr/Sra ....
Controlador Interno
Endereço xxx
Município xxx
CEP xxx

# QUESTIONÁRIO

(esboço do conteúdo)

**PARTE 1 - Identificação do gestor**

1. Nome do Controlador Interno.
2. A função de Controlador Interno é provida por servidor ocupante de cargo efetivo ou comissionado? – campo para resposta.
3. Qual sua formação? (graduação e especialização) – campo para resposta.
4. Qual o período de mandato exercido?

**PARTE 2 - Conhecimento sobre a lei**

1. O Controle Interno do Município possui conhecimento sobre a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e o Decreto Federal nº 8.420/2015? S/N
2. O Controle Interno do Município possui conhecimento a respeito dos programas de integridade pública? S/N
3. Considerando que os programas de integridade pública estão regulados pelo Decreto Federal nº 8.420/2015, o Município aplica alguma das diretrizes previstas no artigo 42 do respectivo ato normativo? S/N
   3.1. Caso positivo, quais? – campo para resposta.

**PARTE 3 – Perguntas específicas**

**3.1 SOBRE CÓDIGOS DE ÉTICA E DE CONDUTA**

Os padrões de comportamento exigido das pessoas vinculadas às organizações do setor público devem estar definidos em Código de Ética e Conduta formalmente instituídos, claros e suficientemente detalhados, que deverão ser observados pelos membros da alta direção, gestores e colaboradores.

*Com base no exposto acima, responda:*

1) O Controle Interno do Município possui ou aplica algum código de ética ou código de conduta próprio? S/N
2) Caso afirmativo, o código está disponibilizado no portal de transparência do Município? S/N
3) O Município possui uma Comissão de Ética instituída? S/N
4) Os novos servidores e empregados recebem capacitação/treinamento sobre ética e integridade no serviço público? S/N

**3.2 SOBRE A INTERAÇÃO PÚBLICO – PRIVADA**

Ponto importante no que diz respeito à integridade nas interações público-privadas é o relacionamento de agentes públicos com pessoas e instituições privadas. Para preservar a integridade nesse ponto, o Controle Interno do Município deve estabelecer regras claras de relacionamento com o setor privado, a fim de desenvolver mecanismos capazes de prevenir a ocorrência de conflitos de interesses e monitorar a evolução patrimonial dos agentes públicos.

*Com base no exposto acima, responda:*

1. O Controle Interno possui conhecimento a respeito da Lei de Conflito de Interesses nº 12.813/2013? S/N
2. Os servidores públicos do Município são orientados a respeito da Lei nº 12.813/2013?
3. Os integrantes da(s) comissão(ões) de licitação do Município prestam informações a respeito da declaração anual de bens? S/N
4. Existe algum tipo de orientação do Controle Interno sobre patrocínios ou doações feitas pelo setor privado em face do Município? S/N

### 3.4 SOBRE FRAUDES E ILÍCITOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Considerando que as licitações possuem natureza complexa em razão da interação público-privada, é imprescindível que haja a adoção de procedimentos com vistas a evitar direcionamento, conluio, fracionamento do objeto, fraude, corrupção, dentre outros tipos de irregularidades no âmbito das licitações.

*Com base no exposto acima, responda:*

1. Nos editais de licitação promovidos pelo Município, existe algum tipo de cláusula sobre práticas anticorrupção, mencionando a Lei nº 12.846/2013 e/ou o Decreto Federal nº 8.420/2015? S/N
2. Antes de firmar o contrato com o(s) vencedor(es) do processo licitatório, é realizado pelo Município alguma solicitação prévia de informações acerca quadro societário da empresa? (representantes, sócios e administradores) S/N

### 3.5 SOBRE OS CANAIS DE DENÚNCIA E OUVIDORIA

Um canal de comunicação que permita o recebimento de denúncias configura um importante instrumento na verificação de eventuais irregularidades. A existência e o efetivo funcionamento destes canais representam uma oportunidade de detecção e resolução antecipada de problemas, evitando a ocorrência de impactos negativos nos objetivos estabelecidos pela entidade.

*Com base no exposto acima, responda:*

1. O Município possui ouvidoria devidamente instituída e em funcionamento? S/N
2. No Município existe canal de comunicação específico para o recebimento de denúncias ou reclamações? S/N

2.1. Caso afirmativo, o canal de denúncia é administrado por terceiro independente? S/N
3. O Município apura todo e qualquer tipo de manifestação, seja por denúncia, elogio, sugestões ou reclamações? S/N
4. Os demandantes recebem respostas às suas manifestações? S/N
5. Na eventualidade de serem detectadas irregularidades, seja por meio da ouvidoria ou do canal de denúncias, o Controle Interno do Município comunica essas irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná?
6. O Município possibilita que sejam feitas denúncias anônimas? S/N
7. O Controle Interno do Município fornece alguma orientação aos servidores públicos sobre o que fazer quando tiverem conhecimento de conduta irregular, fraude ou corrupção? S/N

## 3.6 SOBRE A TRANSPARÊNCIA – LEI Nº 12.527/2011

Uma gestão pública transparente fornece à sociedade informações que permitem sua colaboração no controle das atividades governamentais, estimulando o controle social. Ainda, o acesso à informação, além de indispensável ao exercício da cidadania, constitui um dos mais fortes instrumentos de combate à fraude e corrupção.

*Com base no exposto acima, responda:*

1. A Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, foi devidamente implementada no Município? S/N
2. Existe no Município o serviço de informação ao cidadão – SIC? S/N
3. As informações fornecidas proativamente pelo Município estão disponíveis, sem que haja necessidade de registro ou identificação? S/N
4. As informações sobre os procedimentos licitatórios estão disponibilizadas na íntegra, contemplando todas as fases do processo licitatório?

**FIM!**

Este questionário busca reunir elementos visando subsidiar as informações sobre parâmetros de integridade aplicados na gestão de Controle Interno dos Municípios do Estado do Paraná.

A principal referência bibliográfica utilizada para a sua elaboração foi o “Guia de Integridade Pública – orientações para a administração pública federal: direta, autárquica e fundacional” da Controladoria-Geral da União (2015).

OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO.

# ANEXO II
# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

**CLÁUSULAS ANTICORRUPÇÃO NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ.**

Em destaque na cor amarela, os 50 Municípios selecionados para responder o questionário.

Marcação "xxx" significa que não foi encontrada nenhuma informação sobre anticorrupção/prevenção a fraude.

| MUNICÍPIOS | Resultado da análise (nome da cláusula) | Licitação | Possui cláusula específica sobre anticorrupção? |
|---|---|---|---|
| **Abatiá** | **Cláusula 15 - Fraude e da Corrupção: "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **25/2019** | **sim** |
| Adrianopolis | Cláusula 14 - das penalidades. 14.3 - Menciona brevemente sobre o cometimento de fraude na execução do objeto ou fraude fiscal, do qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Púb por até 5 anos. | PP 001-2020 | Não |
| Agudos do Sul | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pe 05/2020, processo administrativo 945/2019 | não |
| **Almirante Tamandaré** | **1) Declaração de elaboração independente de proposta e autuação conforme ao marco legal anticorrupção. Trata de declaração a ser preenchida pelo repreentante legal da empresa licitante, declarando: a PJ conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Adm.P., em atendimento à Lei 12.846/2013 e Decreto Estadual 60.106/2014; 2) Cláusula décima sétima - da obrigatoriedade do uso da cláusula de fraude e corrupção. "o Município deverá adotar práticas de antifraude e anticorrupção > 17.1 até 17.9.** | **Tomada de Preços nº 14/2019** | **sim** |
| Altamira do Paraná | Menciona brevemente hipótese de fraude. | PP 01/2020, processo licitatório 02/2020 | não |
| **Altônia** | **3.4 - Da fraude e da corrupção** | **pp 03/2020, processo licitatório 09/2020** | **sim** |
| Alto Paraná | xxx | xxx | xxx |
| Alto Piquiri | Cláusula sexta - das responsabilidades e penalidades. 6.2 - menciona brevemente sobre o cometimento de fraude no fornecimento do objeto adquirido ou fraude fiscal, do qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Púb. por até 5 anos. | tomada de preços 04/2019 | não |
| **Alvorada do Sul** | **Cláusula 15 - da fraude e da corrupção: "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (Cláusula 16 - minuta do contrato).** | **PP 37/2019, processo administrativo 369/2019** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Amaporã | Cláusula 10 - das sanções. 10.5 - na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de conter fraude o licitante poderá sofrer prejuízo: declaração de inidoneidade, desclassificação e cancelamento da ata de registro de preços. | PP 02/2020, processo adm. 119/2019 | não |
| Ampére | xxx | xxx | xxx |
| **Anahy** | **Cláusula 14 - da fraude e da corrupção: "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula 19 - Minuta da ata de registro de preços: "as partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei de Improbidade Adm., e Lei 12.846/2013 e seus regulamentos.** | **PP 49/2019, processo administrativo 118/2019** | **sim** |
| Andirá | xxx | xxx | xxx |
| Ângulo | xxx | xxx | xxx |
| **Antonina** | **18 - Da fraude e da corrupção** | **pregão 05/2020, processo administrativo** | **sim** |
| Antônio Olinto | xxx | xxx | xxx |
| Apucarana | xxx | xxx | xxx |
| **Arapongas** | **CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO E ANTIFRAUDE** | **pregão 08/2020, processo adm 015/2020** | **sim** |
| **Arapoti** | **17.fraude e da corrupção** | **pregão 06/2020, processo adm 09/2020** | **sim** |
| **Arapua** | **20. da fraude e da corrupção** | **pregão 12/2020, processo 17/2020** | **sim** |
| Araruna | xxx | xxx | xxx |
| Araucaria | xxx | xxx | xxx |
| **Ariranha do Ivai** | **20. da fraude e da corrupção** | **pregão 44/2019** | **sim** |
| **Assaí** | **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** | **pregão 02/2020** | **sim** |
| Assis Chateaubriand | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 16/2020, processo 18/2020 | não |
| Astorga | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 05/2020, processo 05/2020 | não |
| Atalaia | xxx | xxx | xxx |
| Balsa Nova | xxx | xxx | xxx |
| **Bandeirantes** | **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 07/2020, processo 19/2020** | **sim** |
| Barbosa Ferraz | xxx | xxx | xxx |
| **Barra do Jacaré** | **16.5 da fraude e da corrupção** | **pregão 12/2019** | **sim** |
| **Barracão** | **17 da fraude e da corrupção** | **pregao 04/2020, processo 05/2020** | **sim** |
| **Bela Vista da Caroba** | **3.10 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 09/2020** | **sim** |
| **Bela Vista do Paraíso** | **15 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 2/2020** | **sim** |
| **Bituruna** | **XVII. Da Fraude e da Corrupção** | **pregão 01/2020, processo 03/2020** | **sim** |
| Boa Esperança do Iguaçu | xxx | xxx | xxx |
| **Boa Esperança** | **16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 04/2020, processo 19** | **sim** |
| Boa Ventura de São Roque | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 05/2020 | não |
| **Boa Vista da Aparecida** | **1 6 -D A FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 03/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Bocaiúva do Sul | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 01/2020, processo 01/2020 | não |
| Bom Jesus do Sul | xxx | xxx | xxx |
| **Bom Sucesso do Sul** | **17. FRAUDE E CORRUPÇÃO** | **pregão 02/2020** | **sim** |
| **Bom Sucesso** | **20 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 04/2020, processo 08/2020** | **sim** |
| **Borrazópolis** | **27.5. CLÁUSULAS ANTI - FRAUDE E CORRUPÇÃO** | **pregao 03/2020, processo 71/2019** | **sim** |
| **Braganey** | **14 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 14/2020, processo 21/2020** | **sim** |
| **Brasilândia do Sul** | **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 04/2020, processo 05/2020** | **sim** |
| Cafeara | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 01/2020, processo 11/2020 | não |
| Cafelândia | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 14/2020, processo 21/2020 | não |
| **Cafezal do Sul** | **18 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 01/2020, processo 02/2020** | **sim** |
| Califórnia | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 02/2020, processo 03/2020 | não |
| **Cambará** | **XI – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 11/2020 processo 72/2020** | **sim** |
| **Cambé** | **25. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO** | **pregão 12/2020, processo 01/2020** | **sim** |
| **Cambira** | **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO E ANTIFRAUDE – PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO** | **pregão 04/2020, processo 010/2020** | **sim** |
| **Campina Grande do Sul** | **XX. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 10/2020, processo 23/2020** | **sim** |
| Campina da Lagoa | xxx | xxx | xxx |
| **Campina do Simão** | **22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO (exigência banco mundial)** | **pregão 02/2020** | **sim** |
| Campo Bonito | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 03/2020, processo 08/2020 | não |
| Campo Largo | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 09/2020 | não |
| Campo Magro | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 06/2020, processo 09/2020 | não |
| **Campo Mourão** | **11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 08/2020, processo 20/2020** | **sim** |
| **Campo do Tenente** | **18. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO** | **pregão 93/2019** | **sim** |
| **Cândido de Abreu** | **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 04/2020** | **sim** |
| **Candói** | **19 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 17/2020** | **sim** |
| **Cantagalo** | **17. da fraude e da corrupção** | **tomada de preço 01/2020 processo 04/2020** | **sim** |
| **Capanema** | **Claúsula décima sexta. Da fraude e da corrupção** | **pregão 08/2020** | **sim** |
| **Capitão Leônidas Marques** | **13. da fraude e da corrupção** | **pregão 05/2020, processo 08** | **sim** |
| Carambeí | xxx | xxx | xxx |
| **Carlópolis** | **Claúsula décima segunda: da fraude e da corrupção** | **pregão 12/2020** | **sim** |
| Cascavel | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 03/2020, processo 194/2020 | não |
| **Castro** | **da fraude e da corrupção** | **tomada de preço 01/2020** | **sim** |
| **Catanduvas** | **1.4- da fraude e da corrupção** | **pregão 05/2020, processo 08/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Centenário do Sul | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 03/2020, processo 05/2020 | não |
| Cerro Azul | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 05/2020, processo 06/2020 | não |
| **Céu Azul** | **25 da fraude e da corrupção** | **pregão 07/2020** | **sim** |
| **Chopinzinho** | **20 da fraude e da corrupção** | **pregão 15/2020, processo 19/2020** | **sim** |
| Cianorte | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 08/2020, processo 29/2020 | não |
| **Cidade Gaucha** | **Cláusula nona-da fraude e da corrupção** | **pregão 03/2020, processo 04/2020** | **sim** |
| **Clevelândia** | **12. Da fraude e da corrupção** | **pe 07/2020, processo 12/2020** | **sim** |
| **Colombo** | **17.0.da fraude e da corrupção** | **pregão 10/2020, processo 34185/2020** | **sim** |
| **Colorado** | **DECLARAÇÃO DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pregão 13/2020, processo 232/2019** | **sim** |
| Congonhinhas | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 28/2019, processo 57/2019 | não |
| **Conselheiro Mairinck** | **XIX - Da fraude e da corrupção** | **pregão 42/2019, processo 92/2019** | **sim** |
| **Contenda** | **10. Anticorrupção** | **pe 13/2020** | **sim** |
| **Corbélia** | **Parágrafo segundo (aborda sobre as práticas)** | **pregão 09/2020, processo 23/2020** | **sim** |
| Cornélio Procópio | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 01/2020, processo 01/2020 | não |
| **Coronel Domingos Soares** | **Cláusula vigésima quarta-da fraude e da corrupção** | **tp 01/2020, processo 01/2020** | **sim** |
| **Coronel Vivida** | **Cláusula anti fraude e corrupção** | **pregão 13/2020, processo 15/2020** | **sim** |
| **Corumbataí do Sul** | **Claúsula décima quinta - da fraude e da corrupção** | **pregão 01/2020, processo 02/2020** | **sim** |
| **Cruz Machado** | **21. da fraude e corrupção** | **pregão 06/2020, processo 08/2020** | **sim** |
| Cruzeiro do Iguacu | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 13/2020 | não |
| **Cruzeiro do Oeste** | **7. da fraude e da corrupção** | **pregão 16/2020** | **sim** |
| Cruzeiro do Sul | responsabilização civil e administrativa quando afastar por meio de fraude... | tp 02/2020, processo 03/2020 | não |
| **Cruzmaltina** | **18- fraude e da corrupção** | **pregão 03/2020** | **sim** |
| Curitiba | Menciona brevemente hipótese de fraude. | tomada de preços 06/2019 | não |
| Curiúva | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 08/2020 | não |
| **Diamante d'Oeste** | **clausula decima quinta - da fraude e da corrupção** | **tp 03/2020, processo 22/2020** | **sim** |
| **Diamante do Norte** | **clausula nona-das praticas corruptas** | **pregão 13/2020** | **sim** |
| **Diamante do Sul** | **1.4 - da fraude e da corrupção** | **pregão 04/2020** | **sim** |
| Dois Vizinhos | Menciona brevemente hipótese de fraude. | tp 08/2020 | não |
| **Douradina** | **18 da fraude e da corrupção** | **pregão 04/2020** | **sim** |
| Doutor Camargo | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pregão 02/2020 | não |
| **Doutor Ulysses** | **29. da fraude e da corrupção** | **pregão 03/2020** | **sim** |
| Eneas Marques | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 07/2020 | não |
| Engenheiro Beltrão | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 06/2020, processo licitatório 09/2020 | não |
| Entre Rios do Oeste | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 11/2020 | não |
| Esperança Nova | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 01/2020 | não |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Espigão Alto do Iguaçu** | **Cláusula décima sexta - da fraude e da corrupção** | **pp 06/2020, processo licitatório 09/2020** | **sim** |
| **Farol** | **Cláusula décima - das práticas corruptas** | **pp 07/2020** | **sim** |
| **Faxinal** | **12. Da fraude e da corrupção** | **pp 12/2020** | **sim** |
| Fazenda Rio Grande | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 85/2019 | não |
| **Fênix** | **19 - Fraude e corrupção** | **pp 05/2020** | **sim** |
| Fernandes Pinheiro | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 08/2020 | não |
| **Figueira** | **12.1 - Da cláusula antifraude e anticorrupção** | **pp 06/2020** | **sim** |
| Flor da Serra do Sul | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 08/2020 | não |
| **Floraí** | **Cláusula XIV - Das práticas corruptas** | **pp 07/2020** | **sim** |
| **Floresta** | **19 - Das fraudes e da corrupção** | **pp 07/2020, processo administrativo 014/2020** | **sim** |
| **Florestópolis** | **19 - Da fraude e da corrupção** | **pp 31/2019, processo administrativo 64/2019** | **sim** |
| Flórida | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 04/2020 | não |
| **Formosa do Oeste** | **17 - Da anticorrupção** | **pp 01/2020, processo 12/2020** | **sim** |
| Foz do Iguaçu | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pe 09/2020 | não |
| Foz do Jordão | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 08/2020 | não |
| **Francisco Alves** | **16. Da fraude e da corrupção** | **pp 008/2020** | **sim** |
| **Francisco Beltrão** | **22 - Da fraude e da corrupção** | **pe 034/2020** | **sim** |
| **General Carneiro** | **28 - Da fraude e da corrupção** | **pp 02/2020, processo 07/2020** | **sim** |
| **Godoy Moreira** | **15 - Da fraude e da corrupção** | **pp 08/2020, processo 14/2020** | **sim** |
| **Goioerê** | **Cláusula décima oitava - anticorrupção** | **tomada de preços 002/2019** | **sim** |
| **Goioxim** | **19 - Da fraude e da corrupção** | **pp 08/2020** | **sim** |
| **Grandes Rios** | **26 - Da fraude e da corrupção** | **pp 01-2020** | **sim** |
| **Guaíra** | **27) Da conduta de prevenção de fraude e corrupção** | **pp 026/2020** | **sim** |
| **Guairaçá** | **Cláusula décima oitava - Anticorrupção** | **tomada de preços 001/2020** | **sim** |
| **Guamiranga** | **22 - da fraude e da corrupção** | **pp 03/2020** | **sim** |
| **Guapirama** | **Cláusula décima terceira - da fraude e da corrupção** | **pe 04/2020, processo 07/2020** | **sim** |
| **Guaporema** | **Cláusula décima sexta - do padrão ético no processo licitatório** | **tomada de preços 01/2020** | **sim** |
| **Guaraci** | **22 - da fraude e da corrupção** | **pp 04/2020, processo 524/2019** | **sim** |
| Guaraniaçu | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 16/2020 | não |
| **Guarapuava** | **14 - da fraude e da corrupção** | **pe 001/2020** | **sim** |
| Guaraqueçaba | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 76/2019 | não |
| **Guaratuba** | **Anexo XV - Termo de compromisso de combate à corrupção e ao conluio entre licitantes e de responsabilidade sócio-ambiental** | **tomada de preços 001/2020, processo 51470/2019** | **sim** |
| **Honório Serpa** | **24 - Da fraude e da corrupção** | **pp 09/2020** | **sim** |
| **Ibaiti** | **Cláusula décima oitava - da fraude e da corrupção** | **pe 07/2020, processo administrativo 63/2020** | **sim** |
| **Ibema** | **1.4 - da fraude e da corrupção** | **pp 01/2020** | **sim** |
| **Ibipora** | **Cláusula dezoito - da fraude e da corrupção** | **pe 15/2020** | **sim** |
| **Icaraíma** | **17 - da fraude e da corrupção** | **pp 06/2020** | **sim** |
| Iguaraçu | xxx | xxx | xxx |
| Iguatu | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 02/2020 | não |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Imbaú | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 02/2020 | não |
| **Imbituva** | **Cláusula décima quarta - da fraude e da corrupção** | **pe 06/2020** | **sim** |
| **Inácio Martins** | **23 - Da fraude e corrupção** | **pe 03/2020** | **sim** |
| Inajá | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 04/2020 | não |
| **Indianópolis** | **XIX - Da fraude e corrupção** | **pp 07/2020** | **sim** |
| **Ipiranga** | **18.4 - Da fraude, da corrupção e práticas fraudulentas** | **pe 10/2020** | **sim** |
| Iporã | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 01/2020 | não |
| **Iracema do Oeste** | **18 - da fraude e da corrupção** | **pp 06/2020** | **sim** |
| **Irati** | **18. Da fraude e corrupção** | **tomada de preços 02/2020** | **sim** |
| Iretama | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 09/2020 | não |
| **Itaguajé** | **Cláusula XI - Da fraude e da corrupção.** | **pp 49/2019** | **sim** |
| Itaipulândia | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 04/2020 | não |
| Itambaracá | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 08/2020 | não |
| **Itambé** | **22 - da fraude e da corrupção** | **tomada de preços 01/2020** | **sim** |
| **Itapejara d'Oeste** | **19 - Da fraude e da corrupção** | **pp 02/2020** | **sim** |
| Itaperuçu | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 11/2020 | não |
| **Itaúna do Sul** | **Cláusula décima terceira - da fraude e da corrupção** | **pp 07/2020** | **sim** |
| **Ivaí** | **15 - Disposições Finais > Q - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** | **pe 019/2020, processo 011/2020** | **sim** |
| **Ivaiporã** | **16.17 - Da fraude e da corrupção** | **pe 08/2020** | **sim** |
| **Ivaté** | **Cláusula vigésima segunda - Da fraude e da corrupção** | **pp 02/2020, processo administrativo 006/2020** | **sim** |
| Ivatuba | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 03/2020 | não |
| **Jaboti** | **Cláusula sexta - das responsabilidades e penalidades. 12- menciona "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 09/2020** | **sim** |
| **Jacarézinho** | **Cláusula décima sexta - da fraude e da corrupção.** | **pp 88/2019** | **sim** |
| **Jaguapitã** | **15 - da fraude e da corrupção** | **pp 03/2020** | **sim** |
| **Jaguariaíva** | **20 - Da fraude e da corrupção** | **tomada de preço 03/2020** | **sim** |
| **Jandaia do Sul** | **20 - Da fraude e da corrupção** | **pp 25/2019** | **sim** |
| **Janiópolis** | **Cláusula nona - das práticas corruptas** | **pp 03/2020** | **sim** |
| **Japira** | **27 - da fraude e da corrupção** | **pe 05/2020** | **sim** |
| Japurá | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 10/2020, processo administrativo 20/2020 | não |
| **Jardim Alegre** | **30 - da fraude e da corrupção** | **pe 05/2020** | **sim** |
| Jardim Olinda | no edital antigo(tp 06/2018) possui clausula sobre anticorrupção. no recente(pp 09/2020) apenas sobre fraude | TP 06/2018 e PP 09/2020 | não |
| **Jataizinho** | **16 - da fraude e da corrupção** | **pp 06/2020** | **sim** |
| Jesuitas | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 01/2020 | não |
| Joaquim Távora | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 005/2020 | não |
| **Jundiaí do Sul** | **Cláusula décima quinta - combate a fraude e corrupção** | **pp 01/2020, processo 02/2020** | **sim** |
| **Juranda** | **Cláusuma décima - das práticas corruptas** | **pp 003/2020** | **sim** |
| Jussara | xxx | xxx | xxx |
| **Kaloré** | **33. Da fraude e da corrupção** | **pe 02/2020** | **sim** |
| **Lapa** | **22 - da fraude e da corrupção** | **tomada de preços 002/2020** | **sim** |
| Laranjal | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pe 047/2019 | não |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Laranjeiras do Sul** | **2.5 - Da fraude e da corrupção - Lei nº 12.846/2013** | **pp 006/2020** | **sim** |
| **Leópolis** | **Cláusula quarta - fraude e corrupção** | **tomada de preços 001/2020** | **sim** |
| **Lidianópolis** | **27 - da fraude e da corrupção** | **pp 02/2020** | **sim** |
| Lindoeste | xxx | xxx | xxx |
| Loanda | xxx | xxx | xxx |
| Lobato | xxx | xxx | xxx |
| Londrina | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 40/2020 | não |
| Luiziana | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 04/2020 | não |
| **Lunardelli** | **15.17 - Da fraude e da corrupção** | **pp 04/2020, processo administrativo 20/2020** | **sim** |
| **Lupionópolis** | **14 - da fraude e da corrupção** | **pp 01/2020** | **sim** |
| Mallet | xxx | xxx | xxx |
| **Mamborê** | **Cláusula décima segunda - das cláusulas corruptas** | **pp 006/2020** | **sim** |
| Mandaguaçu | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | pp 04/2020 | não |
| **Mandaguari** | **Cláusula vigésima - da fraude e da corrupção** | **tomada de preços 01/2020** | **sim** |
| **Mandirituba** | **"18. DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO" conhecimento das normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira,(Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos); comprometimento para a execução do contrato não oferecendo qualquer vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção.** | **Pregão Presencial 05/2020, Processo Administrativo 05/2020** | **sim** |
| **Manfrinópolis** | **12. FRAUDE E CORRUPÇÃO/CLÁUSULA NONA - FRAUDE E CORRUPÇÃO . Cita que o Banco Mundial exige que seja mantido os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco; cita termos e o seu significado(corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva, obstrutiva)** | **Pregão Eletrônico 02/2020, Processo Administrativo 06/2020** | **sim** |
| **Mangueirinha** | **12. DO PADRÃO ÉTICO DO PROCESSO LICITATÓRIO 12.3. Definições de práticas corruptivas** | **Pregão Presencial 04/2020, Processo Administrativo 05/2020** | **sim** |
| Manoel Ribas | 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. CLÁUSULA SÉTIMA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município | Pregão Presencial 01/2020, proc 01/2020 | não |
| Marechal Cândido Rondon | xxx | xxx | xxx |
| Maria Helena | 19. RESCISÃO CONTRATUAL E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. Multa e impedimento de licitar quando haja fraude na execução do contrato; cometimento de fraude fiscal; | Pregão 93/2019. Processo 118/2019 | não |
| **Marialva** | **Cláusula oitava - da fraude e da corrupção** | **pp 14/2020** | **sim** |
| Marilândia do Sul | Menciona brevemente hipóteses de fraude. | tomada de preços 001/2020 | não |
| **Marilena** | **20 - Da fraude e da corrupção** | **pp 003/2020** | **sim** |
| **Mariluz** | **6.1.2.17 - Da fraude e da corrupção** | **pp 05/2020** | **sim** |
| **Maringá** | **Cláusula décima terceira - da fraude e da corrupção.** | **pp 28/2020** | **sim** |
| **Mariópolis** | **26 - da antifraude e da anticorrupção** | **tomada de preços 01-2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Maripá** | **18 - da fraude e da corrupção** | **pp 009/2020** | **sim** |
| Marmeleiro | xxx | xxx | xxx |
| **Marquinho** | **20 - Da fraude e da corrupção** | **pp 004/2020, processo 005/2020** | **sim** |
| **Marumbi** | **25 - fraude e corrupção** | **pp 31/2019, processo 31/2019** | **sim** |
| **Matelândia** | **18 - da fraude e da corrupção** | **pe 016/2020, processo 025/2020** | **sim** |
| **Matinhos** | **DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VII** | **003/2020** | **sim** |
| Mato Rico | Menciona brevemete hipótese de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal. | pp 02/2020 | não |
| **Mauá da Serra** | **Cláusula décima primeira - anticorrupção** | **pp 03/2020** | **sim** |
| Medianeira | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 07/2020 | não |
| Mercedes | Menciona brevemente hipótese de fraude. | tomada de preços 02/2020 | não |
| Mirador | xxx | xxx | xxx |
| **Miraselva** | **Cláusula décima oitava - Anticorrupção** | **tomada de preços 006/2019** | **sim** |
| **Missal** | **18. Da conduta de prevenção de fraude e corrupção** | **pp 10/2020** | **sim** |
| **Moreira Sales** | **20 - da fraude e da corrupção.** | **pp 001/2020** | **sim** |
| Morretes | xxx | xxx | xxx |
| Munhoz de Mello | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 03/2020 | não |
| **Nossa Senhora das Graças** | **17 - da fraude e da corrupção** | **pp 01/2020** | **sim** |
| Nova Aliança do Ivaí | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 02/2019 | não |
| Nova América da Colina | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pe 08/2020 | não |
| **Nova Aurora** | **Possui cláusula no edital "15. DA ANTICORRUPÇÃO"** | **PP 72/2019** | **sim** |
| **Nova Cantu** | **Cláusula nona - da fraude anticorrupção** | **pp 008/2020, proceso 013/2020** | **sim** |
| Nova Esperança do Sudoeste | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 01/2020, processo 01/2020 | não |
| Nova Esperança | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 06/2020 | não |
| Nova Fátima | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 13/2020 | não |
| Nova Laranjeiras | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 02/2020 | não |
| Nova Londrina | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 17/2020 | não |
| Nova Olímpia | xxx | xxx | xxx |
| **Nova Prata do Iguaçu** | **17 - da fraude e da corrupção** | **pp 10/2020** | **sim** |
| Nova Santa Barbara | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 41/2019, processo administrativo 72/2019 | não |
| **Nova Santa Rosa** | **17 - da fraude e da corrupção** | **pp 007/2020** | **sim** |
| **Nova Tebas** | **20 - da fraude e da corrupção.** | **pp 004/2020, procedimento licitatório 008/2020** | **sim** |
| **Novo Itacolomi** | **15 - da fraude e da corrupção** | **PP 03/2020, processo 005/2020** | **sim** |
| Ortigueira | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 012/2020, processo 014/2020 | não |
| Ourizona | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 01/2020 | não |
| **Ouro Verde do Oeste** | **Cláusula décima primeira - da conduta de prevenção de fraude e corrupção** | **pp 007/2020, processo 009/2020** | **sim** |
| Paiçandu | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 003/2020, processo administrativo 008/2020 | não |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Palmas** | **Cláusula 19 - da fraude e corrupção** | **pp 02/2020, processo 06/2020** | **sim** |
| Palmeira | Menciona brevemente hipótese de fraude | pe 18/2020, processo administrativo 1380/2020 | não |
| **Palmital** | **XXI - da fraude e da corrupção** | **pp 01/2020, procedimento licitatório 02/2020** | **sim** |
| **Palotina** | **Cláusula 20 - da fraude e da corrupção.** | **pp 003/2020** | **sim** |
| Paraíso do Norte | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 03/2020, processo administrativo 233/2020 | não |
| **Paranacity** | **Cláusula 14 - da fraude e da corrupção** | **pp 027/2018** | **sim** |
| **Paranaguá** | **Cláusula 30 - anti fraude e corrupção** | **pe 075/2019** | **sim** |
| Paranapoema | xxx | xxx | xxx |
| **Paranavaí** | **Cláusula 18 - Disposições Gerais. 18.9 > "o mais alto padrão de ética durante todo o processo". Define as práticas corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pe 006/2020** | **sim** |
| Pato Bragado | Menciona brevemente hipótese de fraude | tomada de preços 005/2020 | não |
| **Pato Branco** | **23 - ANTICORRUPÇÃO** | **Tomada de preços 01/2020, processo 17/2020** | **sim** |
| Paula Freitas | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 02/2020 | não |
| Paulo Frontin | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 01/2020 | não |
| Peabiru | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 002/2020, processo administrativo 009/2020 | não |
| Perobal | xxx | xxx | xxx |
| Pérola d'Oeste | xxx | xxx | xxx |
| **Pérola** | **Cláusula décima oitava - anticorrupção** | **tomada de preços 01/2020** | **sim** |
| Pien | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 016/2020 | não |
| Pinhais | Menciona brevemente hipótese de fraude | pp 006/2020 | não |
| **Pinhal de Sao Bento** | **3.8 - da fraude e da corrupção** | **pp 09/2020, processo 42/2020** | **sim** |
| **Pinhalao** | **16 - da fraude e corrupção** | **pp 04/2020** | **sim** |
| Pinhao | xxx | xxx | xxx |
| Pirai do Sul | xxx | xxx | xxx |
| Piraquara | xxx | xxx | xxx |
| Pitanga | xxx | xxx | xxx |
| **Pitangueiras** | **Cláusula sétima - DA ÉTICA ; Cláusula oitava - das sanções em casos de fraudulência e/ou corrupção** | **pe 05/2020** | **sim** |
| **Planaltina do Paraná** | **Cláusula vigésima - da fraude e da corrupção** | **tomada de preços 01-2020** | **sim** |
| Planalto | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 063/2019 | não |
| **Ponta Grossa** | **Cláusula 15.18 - Da fraude e da corrupção** | **pp 003/2020** | **sim** |
| Pontal do Paraná | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 008/2020 | não |
| Porecatu | xxx | xxx | xxx |
| Porto Amazonas | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 02/2020 | não |
| Porto Barreiro | Menciona brevemente hipótese de fraude na execução do contrato. | pp 55/2019 | não |
| **Porto Rico** | **cláusula nona - da fraude e da corrupção.** | **pp 01/2020** | **sim** |
| Porto Vitória | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 015/2020 | não |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Prado Ferreira | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 101/2019, processo administrativo 252/2019 | não |
| **Pranchita** | **Cláusula décima primeira - cláusula anticorrupção** | **pp 05/2020** | **sim** |
| **Presidente Castelo Branco** | **Cláusula décima quarta - da fraude e da corrupção** | **pp 005/2020** | **sim** |
| Primeiro de Maio | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 02/2020 | não |
| **Prudentópolis** | **23 - Combate a fraude e corrupção** | **pp 003/2020** | **sim** |
| **Quarto Centenário** | **23 - Das cláusulas antifraude e anticorrupção** | **pp 83/2019** | **sim** |
| Quatiguá | xxx | xxx | xxx |
| Quatro Barras | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 08/2020 | não |
| **Quatro Pontes** | **Cláusula 5 - da fraude e da corrupção.** | **pp 112/2019, processo 153/2019** | **sim** |
| Quedas do Iguaçu | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 12/2020 | não |
| Querência do Norte | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 07/2020, processo 07/2020 | não |
| **Quinta do Sol** | **Cláusula 16 - da fraude e da corrupção** | **pp 001/2020** | **sim** |
| Quitandinha | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pe 04-2020 | não |
| **Ramilândia** | **Cláusuma 1.4 - da fraude e da corrupção** | **pp 02/2020, processo administrativo 03/2020** | **sim** |
| **Rancho Alegre d'Oeste** | **Cláusuma décima quarta - fraude e corrupção** | **pp 04/2020, processo licitatório 016/2020** | **sim** |
| **Rancho Alegre** | **24 - Da fraude e da corrupção** | **pp 03/2020, processo administrativo 08/2020** | **sim** |
| Realeza | 12 - das sanções administrativas para o caso de inadimplemento contratual | pp 11-2020 | não |
| **Rebouças** | **20 - da fraude e da corrupção.** | **pp 05/2020** | **sim** |
| **Renascença** | **Cláusula décima primeira - da fraude e da corrupção** | **pe 003/2020** | **sim** |
| Reserva do Iguaçu | Menciona brevemente hipótese de fraude. | PP 001/2020 | não |
| **Reserva** | **Cláusula décima oitava - anticorrupção.** | **pp 003/2019** | **sim** |
| Ribeirão Claro | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 13/2020, processo 23/2020 | não |
| Ribeirão do Pinhal | xxx | xxx | xxx |
| Rio Azul | xxx | xxx | xxx |
| Rio Bom | XV - Das sanções para os casos de inadimplemento - menciona hipótese de declaração falsa ou cometimento de fraude fiscal | pp 007/2020 | não |
| **Rio Bonito do Iguaçu** | **Cláusula 16 - da fraude e da corrupção.** | **pp 01/2020** | **sim** |
| Rio Branco do Ivaí | Cláusula décima segunda - sanções administrativas | pp 05/2020 | não |
| Rio Branco do Sul | Das infrações e das sanções administrativas - menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 106/2019 | não |
| Rio Negro | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 011/2020, processo administrativo 031/2020 | não |
| Rolândia | Menciona brevemente hipótese de fraude. | pp 132/2019, processo 16469.250/2019 | não |
| Roncador | xxx | xxx | xxx |
| **Rondon** | **Cláusula 19 - PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO. O licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o processo de licitação e na execução do contrato. Definição das práticas corruptivas: suborno, extorsão/coação, fraude e conluio.** | **pp 04/2020** | **sim** |
| Rosario do Ivaí | Cláusula 19 - Sanções administrativas, menciona brevemente as hipóteses de fraude fiscal e fraude na execução do contrato - | pp 004/2020 | não |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| | impedimento de licitar com a Adm.Pública pelo prazo de até 5 anos. | | |
| **Sabáudia** | **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (cláusula décima quarta da minuta do contrato)** | **pp 011/2020, processo administrativo 019/2020** | **sim** |
| **Salgado Filho** | **18. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO E ANTIFRAUDE - práticas fraudulentas e de corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **tomada de preços 01/2020, processo administrativo 100/2019** | **sim** |
| **Salto do Itararé** | **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 39/2019, processo 94/2019** | **sim** |
| **Salto do Lontra** | **19. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 01/2020** | **sim** |
| **Santa Amélia** | **15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 001/2020, processo administrativo 011/2020** | **sim** |
| **Santa Cecilia do Pavao** | **18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (Cláusula décima segunda na minuta do contrato)** | **pp 003/2020** | **sim** |
| **Santa Cruz de Monte Castelo** | **Cláusula décima terceira - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (minuta do contrato)** | **concorrência nº 001/2020** | **sim** |
| Santa Fé | 11. DAS SANÇÕES - Menciona brevemente hipóteses de fraude fiscal, no qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 05 anos. | pp 005/2020 | não |
| Santa Helena | Cláusula 24 - Menciona brevemente hipóteses de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal, no qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 60 meses. | pp 018/2020 | não |
| Santa Inês | Cláusula 18 - Das sanções por inadimplemento. Menciona brevemente hipóteses de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal, no qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 5 anos. | pp 01/2020, processo 2/2020 | não |
| Santa Isabel do Ivaí | Cláusula XIII - Penalidades. Menciona brevemente hipóteses de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal, no qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 5 anos. | pp 61/2019, processo administrativo 135/2019 | não |
| Santa Izabel do Oeste | Cláusula 14 - sanções administrativas. 14.5 - Extensão das penalidades em caso de: declaração fala ou cometerem fraude fiscal. | pp 01-2020 | não |
| **Santa Lúcia** | **Cláusula 15 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula 12 - minuta do contrato.** | **tomada de preços 02/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Santa Maria do Oeste** | **Cláusula décima oitava - anticorrupção (minuta do contrato). "As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira (lei de improbidade e lei anticorrupção + seus regulamentos), e se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá..."** | **tomada de preços 02/2020** | **sim** |
| Santa Mariana | Cláusula 12 - multas e sanções administrativas. Impedimento de contratar com a Adm. por até dois anos e descredenciamento caso o licitante apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal. | pp 77/2019 | não |
| Santa Mônica | xxx | xxx | xxx |
| **Santa Tereza do Oeste** | **Cláusula 4 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 93-2019** | **sim** |
| Santa Terezinha de Itaipu | xxx | xxx | xxx |
| **Santana do Itararé** | **Cláusula 15 - da fraude e da corrupção: "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima segunda - minuta do contrato.** | **pe 027/2019** | **sim** |
| **Santo Antônio da Platina** | **Cláusula 19 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima terceira - da fraude e da corrupção (minuta do contrato).** | **pp srp 02/2020** | **sim** |
| Santo Antônio do Caiuá | Cláusula décima primeira - das penalidades e das multas. 11.1.3.2 Impedimento de contratar com a Adm. por até cinco anos e descredenciamento caso o licitante apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal. | pp 01/2020 | não |
| **Santo Antônio do Paraíso** | **Cláusula décima sexta - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 001/2020** | **sim** |
| Santo Antônio do Sudoeste | Cláusula 12 - das penalidades. Menciona brevemente as hipóteses de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal, oportunidade em que o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 5 anos. | pp 06/2020 | não |
| **Santo Inácio** | **Cláusula 22 - fraude e corrupção. "As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a lei de improb. Adm. e a lei 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desse contrato nenhuma das partes poderá...". Cláusula vigésima segunda - fraude e corrupção (minuta do contrato).** | **tomada de preços 001/2020, processo 004/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| São Carlos do Ivaí | Cláusula oitava - sanções administrativas para o caso de inadimplemento contratual (minuta do contrato). Menciona brevemente as hipóteses de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal, oportunidade em que o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 5 anos. | pp 07/2020 | não |
| **São Jeronimo da Serra** | **Cláusula XI - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima primeira - minuta do contrato.** | **pp 001/2020** | **sim** |
| São João do Caiuá | Cláusula 15 - penalidades. Menciona brevemente que na constatação do licitante ter apresentado documentação inverossímil ou cometer fraude, poderá sofrer prejuízo: declaração de inidoneidade - impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 5 anos, desclassificação, rescisão contratual etc. | pp 01/2020 | não |
| **São João do Ivaí** | **Cláusula 21 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima oitava - minuta do contrato.** | **pp 03/2020** | **sim** |
| São João do Triunfo | xxx | xxx | xxx |
| São João | xxx | xxx | xxx |
| São Jorge d'Oeste | Cláusula décima - das penalidades. Breve menção ao impedimento de licitar com o Município na hipótese de cometimento de fraude. | pp 147-2019 | não |
| **São Jorge do Ivaí** | **Cláusula 20 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula 10 - minuta do contrato.** | **pp 53/2019** | **sim** |
| São Jorge do Patrocínio | xxx | xxx | xxx |
| **São José da Boa Vista** | **Cláusula décima primeira - da fraude e da corrupção (minuta do contrato). "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 75/2019** | **sim** |
| **São José das Palmeiras** | **27 - da Cláusula antifraude e anticorrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima - da fraude e da corrupção (minuta do contrato)** | **pp 01/2020, processo licitatório 01/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| São José dos Pinhais | Cláusula 16 - das disposições gerais. 16.8 Menciona hipótese de fraude na execução do contrato ou fraude fiscal, pelo qual o licitante ficará impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 5 anos. | pe 11/2020 | não |
| **São Manoel do Paraná** | **Cláusula vigésima sexta - da fraude e da corrupção (minuta do contrato). "Para propósito desta cláusula, definem-se as seguintes práticas: prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **tomada de preços 01/2019** | **sim** |
| **São Mateus do Sul** | **Cláusula nona - da fraude e da corrupção (minuta do contrato). "O Bando Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, licitantes, fornecedore/etc. mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco. Define as práticas corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 156/2019** | **sim** |
| **São Miguel do Iguaçu** | **Cláusula décima nona - da fraude e da corrupção (minuta do contrato). "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **tomada de preço 02/2020, processo administrativo 008/2020** | **sim** |
| **São Pedro do Iguaçu** | **Cláusula Oitava - da fraude e da corrupção (minuta do contrato). "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 118/2019, processo administrativo 205/2019** | **sim** |
| **São Pedro do Ivaí** | **Cláusula 23 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula 14ª - minuta do contrato.** | **pp 64/2019, processo licitatório 127/2019** | **sim** |
| São Pedro do Paraná | xxx | xxx | xxx |
| São Sebastião da Amoreira | xxx | xxx | xxx |
| **São Tomé** | **Cláusua décima nona (minuta do contrato) - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **tomada de preços 01/2020** | **sim** |
| **Sapopema** | **Cláusula 14 - Da fraude e da corrupção. Define as práticas corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima terceira - minuta do contrato.** | **tomada de preços 01/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Sarandi | Cláusula 17 - das sanções. Menciona brevemente que o cometimento de fraude fiscal ou fraude à execução do objeto pode ensejar infração administrativa conforme a Lei 10.520/2002 e impedimento de licitar com o Município. | pp 142/2019, processo administrativo 237/2019 | não |
| **Saudade do Iguaçu** | **Cláusula 14 - da fraude e da corrupção: "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **pp 157/2019, processo 257/2019** | **sim** |
| **Sengés** | **Cláusula 17 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 001/2020 - Processo de licitação nº 001/2020** | **sim** |
| **Serranópolis do Iguaçu** | **Cláusula 22 - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula oitva - minuta do contrato.** | **pp 100/2019** | **sim** |
| **Sertaneja** | **Cláusula décima quinta - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (minuta do contrato)** | **tomada de preço 06/2019, processo nº 136/2019** | **sim** |
| **Sertanópolis** | **Cláusula 19 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. Cláusula décima nona - da fraude e da corrupção (minuta do contrato).** | **tomada de preços 01/2020, processo licitatório 842019/2020 (?)** | **sim** |
| Siqueira Campos | Cláusula 18 - das penalidades. Menciona brevemente fraude na execução do objeto e fraude fiscal, hipótese em que o licitante será impedido de licitar com a Adm.Pub pelo prazo de até 2 anos. | PP 53/2019 | não |
| Sulina | xxx | xxx | xxx |
| Tamarana | xxx | xxx | xxx |
| Tamboara | xxx | xxx | xxx |
| **Tapejara** | **Cláusula décima terceira - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (minuta do contrato)** | **Tomada de preços 012/2019, processo administrativo 109/2019. OBSERVAÇÃO: outra licitação, na modalidade pregão, não possui a mesma cláusula.** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Tapira** | **Cláusula décima quinta - da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 41/2019, processo administrativo nº 106/2019** | **sim** |
| Teixeira Soares | Cláusula 15 - Das sanções administrativas. 15.1 - menciona brevemente fraude na execução do objeto e fraude fiscal, hipótese em que o licitante estará impedido de licitar com a Adm. Pública pelo prazo de até 5 anos. | Tomada de preços nº 02/2020, processo nº 005/2020. | não |
| Telêmaco Borba | xxx | xxx | xxx |
| **Terra Boa** | **Cláusula 16.5 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 161/2019, Processo Licitatório nº 251/2019** | **sim** |
| **Terra Rica** | **Cláusula 18.26 (e Cláusula vigésima quarta - minuta do contrato) - Da Fraude e da Corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **Tomada de Preços 01/2020** | **sim** |
| **Terra Roxa** | **Cláusula 18 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **Processo licitatório nº 002/2020, Edital nº 001/2020** | **sim** |
| Tibagi | xxx | xxx | xxx |
| Tijucas do Sul | Cláusula 27 - Sanções Administrativas. III - menciona brevemente fraude na execução do objeto e fraude fiscal, hipótese em que o licitante estará impedido de licitar com a Adm. Pública no prazo de 02 a 05 anos. | PP 02/2020 | não |
| **Toledo** | **Cláusula XI - Conduta de prevenção de fraude e corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 004/2020** | **sim** |
| Tomazina | Cláusula 8 - Dos recursos e penalidades administrativas. 8.8 menciona brevemente fraude na execução do contrato e fraude fiscal, hipótese em que o licitante estará impedido de licitar com a Adm. Pública no prazo de 02 anos. | PP 04/2020 | não |
| **Três Barras do Paraná** | **Cláusula 25 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 01/2020 Processo Administrativo 01/2020** | **sim** |
| **Tunas do Paraná** | **Cláusula 24 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PE 02/2020** | **sim** |
| **Tuneiras do Oeste** | **Cláusula décima segunda - da fraude e corrupção. "cláusulas antifraudes e anticorrupção, com vistas ao alerta aos particulares e principalmente ao resguardo do interesse público". Parágrafo 2º: definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva, obstrutiva.** | **PP 001/2020 - Processo Administrativo 001/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Tupãssi** | **Cláusula XV - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (minuta do contrato)** | **PP 64/2019** | **sim** |
| **Turvo** | **Cláusula 13 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva. (minuta do contrato)** | **Tomada de Preços 02/2020** | **sim** |
| **Ubiratã** | **Cláusula vigésima quinta - da anticorrupção. Menciona a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, a Lei 12.846/2013 e seus regulamentos. "e se comprometem a cumpri-las fielmente". 25.1.1 e 25.1.2 > adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por sócios, administradores e/ou colaboradores.** | **Concorrência nº 15/2019** | **sim** |
| Umuarama | Brevemente trata sobre suspensão do direito de licitar nos casos de: prática de atos ilícitos, cometimento de falhas ou fraudes na execução do contrato, prática dolosa de fraude fiscal, atos ilícitos, prática de conluio. Cláusula décima sexta - Das multas e sanções administrativas. (minuta do contrato) | PP 08/2020 | não |
| **União da Vitória** | **Cláusula 5 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PE 01/2020** | **sim** |
| Uniflor | xxx | xxx | xxx |
| Urai | xxx | xxx | xxx |
| **Ventania** | **Cláusula 16 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 01/2020** | **sim** |
| **Vera Cruz do Oeste** | **Cláusula décima segunda - Da fraude e da Corrupção. Definição das práticas corrupta, fraudulenta, conlusiva, coercitiva e obstrutiva. (pg.63 e 78)** | **PP 92/2019** | **sim** |
| **Verê** | **Cláusula 31 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 59/2019** | **sim** |
| **Vila Alta >> atualmente denominado "ALTO PARAÍSO"** | **Cláusula décima segunda - Da fraude e da Corrupção; Subcláusula primeira - definição das práticas corrupta, fraudulenta, conluiada, coercitiva e obstrutiva. (consta na minuta do contrato)** | **PP 004/2020** | **sim** |
| **Virmond** | **Cláusula 16 - Da fraude e da corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **Tomada de Preços 001/2020** | **sim** |
| **Vitorino** | **Cláusula 8.4 - Da Fraude e da Corrupção. "o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação". Definição de prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva e obstrutiva.** | **PP 03/2020** | **sim** |

# ANÁLISE DOS 399 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| Wenceslau Braz | Brevemente trata sobre suspensão do direito de licitar nos casos de: prática de atos ilícitos, cometimento de falhas ou fraudes na execução do contrato, prática dolosa de fraude fiscal, atos ilícitos, prática de conluio. Cláusula 19 - Sanções para o caso de inadimplemento. | PP 002/2020 | não |
| Xambrê | XXX | xxx | xxx |

# ANEXO III
# LEI ESTADUAL Nº 19.857/2019

**LEI ESTADUAL (PR) Nº 19.857, DE 29.05.2019**

Institui o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1.º** Institui o Programa de Integridade e Compliance no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná.

§1.º O Programa de Integridade e Compliance será implementado de acordo com o perfil do órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, e as medidas protetivas nele estabelecidas serão empregadas de acordo com os riscos que lhe são inerentes.

§2.º O estabelecimento deste Programa não abrange as disposições específicas de governança corporativa e compliance das sociedades de economia mista e empresas públicas do Estado do Paraná, que ficam sujeitas às regras contidas na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CAPÍTULO II
DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE ESTADUAL

Seção I
Dos Objetivos

**Art. 2.º** O Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual tem por objetivo:

I - adotar princípios éticos e normas de conduta e certificar seu cumprimento;

II - estabelecer um conjunto de medidas conexas visando à prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados esperados pelos destinatários dos serviços públicos;

III - fomentar a consciência e a cultura de controles internos na busca contínua da conformidade de seus atos, da observância e cumprimento das normas e da transparência das políticas públicas e de seus resultados;

IV - aperfeiçoar a estrutura de governança pública, criar e aprimorar a gestão de riscos e os controles da Administração Pública do Estado do Paraná;

V - fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública;

VI - estimular o comportamento íntegro e probo dos agentes públicos e políticos;

VII - proporcionar a capacitação dos agentes públicos no exercício de cargo, função ou emprego;

VIII - estabelecer mecanismos de comunicação, monitoramento, controle, avaliação e auditoria;

IX - assegurar que sejam atendidos, pelas diversas áreas da organização, os requerimentos e solicitações de órgãos reguladores e de controle.

Seção II
Das Etapas e Fases do Programa

**Art. 3.º** As fases de implementação do Programa de Integridade e Compliance são:
I - identificação e classificação dos riscos;
II - estruturação do Plano de Integridade;
III - definição dos requisitos, como medidas de mitigação dos riscos identificados;
IV - elaboração de matriz de responsabilidade;
V - desenho dos processos e procedimentos de Controle Interno, geração de evidências e respectiva implementação desses processos e procedimentos;
VI - elaboração do Código de Ética e Conduta;
VII - comunicação e treinamento;
VIII - estruturação e implementação do Canal de Denúncias;
IX - realização de auditoria e monitoramento;
X - ajustes e retestes;
XI - aprimoramento e monitoramento do funcionamento do Programa.
§1.º As etapas e fases de implementação do Programa de Integridade e Compliance serão estruturadas por ato do Chefe do Poder Executivo e devem ser coordenadas com o objetivo de garantir uma atuação inteligente e harmônica da Administração Pública na condução das ações relacionadas ao Programa.
§2.º Os mecanismos estabelecidos nesta Lei visam proteger o órgão e a entidade, bem como impor aos agentes públicos e políticos o compromisso com a ética, o respeito, a integridade e a eficiência na prestação do serviço público.

Seção III
Do Plano de Integridade

**Art. 4.º** O Plano de Integridade é o documento oficial do órgão ou entidade que contempla os principais riscos de integridade da organização, as medidas e preceitos de tratamento dos riscos identificados e a forma de implementação e monitoramento do Programa de Integridade e Compliance.
Art. 5.º São partes integrantes do Plano de Integridade de uma organização, no mínimo:
I - objetivos do Plano;
II - caracterização geral do órgão ou entidade;
III - identificação e classificação dos riscos;
IV - monitoramento, atualização e avaliação do Plano;
V - instâncias de governança.
**Art. 6.º** O Plano de Integridade, após aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, deverá ser divulgado internamente, para ciência e cumprimento pelos agentes públicos envolvidos.
§1.º O Plano de Integridade poderá ser revisado a qualquer tempo visando ao seu aprimoramento e à melhora dos resultados esperados.
§2.º Os agentes públicos mencionados no caput deste artigo poderão apresentar sugestões para o aprimoramento das ações contidas no Plano de Integridade.

**Art. 7.º** A partir da concepção do Plano de Integridade, deverão ser concebidos os requisitos, como medidas de mitigação dos riscos identificados, bem como a matriz de responsabilidade dos riscos.
Parágrafo único. Todo e qualquer procedimento, processo de controle e de boas práticas devem ser documentados pela instituição.
**Art. 8.º** O Plano de Integridade e Compliance será elaborado e implementado pelos Núcleos de Integridade e Compliance, vinculados à Controladoria-Geral do Estado do Paraná - CGE, e alocados fisicamente nos órgãos e entidades.
Parágrafo único. A depender da complexidade de atribuições e dimensão da organização, poderá haver a designação de uma equipe técnica de suporte aos Núcleos previstos no caput deste artigo.

## CAPÍTULO III
## DO COMITÊ DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

**Art. 9º** Para garantir a efetividade das ações de compliance, bem como garantir adequada linha de reporte, cria o Comitê de Integridade e Compliance do Estado do Paraná, que será composto por autoridades do Governo do Estado do Paraná.
§1.º Os membros do Comitê referido no caput deste artigo não receberão qualquer remuneração, sendo considerados de relevante interesse público os serviços por eles prestados.
§2.º A composição, estrutura, procedimentos e atribuições do Comitê referido no caput deste artigo serão disciplinados por ato do Chefe do Poder Executivo.

## CAPÍTULO IV
## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10.** É dever dos órgãos e entidades utilizar os recursos disponíveis e empreender os esforços necessários para promover ações de fomento à cultura da integridade e do compliance.
§ 1.º No desempenho das atividades e procedimentos relacionados ao Programa de Integridade e Compliance todos os agentes públicos e políticos devem engajar-se, disseminar e demonstrar efetivo alinhamento e compromisso com os princípios e valores do Programa, em todas as suas atitudes diárias.
§2.º Para o desenvolvimento e implementação do Programa de Integridade e Compliance a instituição deverá estabelecer ambiente organizacional favorável à governança pública.
§3.º Entende-se por ambiente organizacional favorável à governança pública aquele que apresenta efetivo apoio da alta administração, atribuições bem definidas, servidores cumpridores de seus deveres e com conduta alinhada à ética, à moral, ao respeito às leis, às pessoas e às instituições.
**Art. 11**. Esta Lei entra em vigor no prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de maio de 2019.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado
Raul Clei Coccaro Siqueira
Controlador Geral do Estado
Guto Silva
Chefe da Casa Civil

(Publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, de de 29.05.2019)